
Possibilidades de criação monoparental feminina em contexto de vulnerabilidade social

Possibilities of female single-parenting in a context of social vulnerability

Graziane Sampaio Soares¹, Amanda Carolina Claudino Pereira²

RESUMO

Levando em consideração o aumento da monoparentalidade feminina e o contexto de vulnerabilidade social atrelado a ele, este estudo teve o intuito de conhecer a realidade vivida de mulheres mães de família que enfrentam os desafios da criação solo e como estas procuram superá-los. Participaram da pesquisa, três mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social e monoparentalidade, e sentiram-se à vontade para participar. Elas responderam a um questionário com perguntas relacionadas à situação de vida cotidiana referente ao seu contexto social. Para análise dos dados, foi utilizado o método bola de neve, em que as próprias participantes indicavam as entrevistadas. Por fim, para a análise dos resultados, foi utilizado o ecomapa a fim de evidenciar as particularidades, as possíveis necessidades sociais desse grupo e o papel do Estado ao que se refere aos direitos dessas famílias, investigando também o acesso destas às políticas públicas que asseguram o direito de mulher e cidadã dentro do contexto social e pessoal dessas usuárias.

Palavras-chave: Monoparentalidade; Vulnerabilidade Social; Mãe; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Considering the increase in female single-parenting and the context of social vulnerability linked to it, this study aimed to know the reality experienced by women mothers of the family who face the challenges of lone creation and how they overcome them. Three women who lived in a context of social vulnerability and single-parenting participated in the research and felt free to participate. They answered a questionnaire with questions related to the situation of daily life regarding their social context. For data analysis, the snowball method was used, where the participants themselves indicated the interviewees. Finally, for the analysis of the results, the ecomap was used to highlight the particularities, the possible social needs of this group and the role of the State regarding the rights of these families, also investigating their access to public policies that ensure the women's and citizen's rights within the social and personal context of these users.

Keywords: Single-parenting; Social Vulnerability; Mother; Public Policies.

¹ Bacharel e licenciada em Psicologia

E-mail: grazianepsi@gmail.com

² Mestre em Psicologia Cognitiva e bacharel em Psicologia

E-mail: amandaclaudinop@gmail.com

INTRODUÇÃO

As transformações sociais que vêm ocorrendo nos últimos anos provocaram mudanças profundas no que se refere aos papéis assumidos por mulheres dentro da família. As dificuldades sociais, econômicas e a violência experimentadas por elas expõe uma face perversa da condição feminina no contexto de vulnerabilidade social. Baixa autoestima, anseios e medos são parcelas pequenas ao entendimento da luta por sobrevivência no meio de uma sociedade que não apoia e se contradiz ao que tange o feminino (MENDES, 2002).

Como nos descreve Mendes (2002), em seu estudo com mulheres chefes de família, as mudanças no mundo moderno são diversas e posturas bruscas e radicais ao longo do tempo tendem a acontecer pelo fato de que novos conceitos e elementos são paulatinamente implantados e reinventados de forma nova no nosso meio. Esses elementos de mudança acabam sendo significativos tanto para o redimensionamento dos papéis na unidade domiciliar, como para a manutenção de posturas tradicionais. Com isso, esse novo e velho muitas vezes poderão significar para as mulheres mais trabalho, sobrecarga e retração, mas podem também significar estratégias de empoderamento que vão se estabelecendo em longo prazo.

Considerando as hipóteses que foram elaboradas, este trabalho proporcionará uma gama de conhecimento e aprendizado para o contexto acadêmico, além de levar voz para as mulheres que farão parte do projeto. Nesta perspectiva, este trabalho tem por objetivo compreender quais as possíveis dificuldades encontradas na criação monoparental feminina no contexto de vulnerabilidade social. Para tanto, buscou-se detectar as possíveis consequências e problemas em nossa realidade social, a fim de compreender os fenômenos que rodeiam a criação em contexto de vulnerabilidade social, bem como as forças que oprimem o público no qual será destinado. Desta forma, é possível construir uma compreensão sobre como se delineiam as condições de vida de famílias chefiadas por mulheres.

Partindo do pressuposto e da bibliografia encontrada, foi possível observar que a mulher carrega um fardo gigantesco no que se refere ao cuidado e criação de filhos em contexto de monoparentalidade. O preconceito e a luta por direitos se tornam uma sobrecarga diária, em que vários fatores de risco contribuem para a não condição de empoderamento dessas mulheres (MENDES, 2002).

Costa e Marra (2013), em seu estudo sobre os riscos desse modelo familiar, afirmam que o modelo tradicional de família ainda é muito rodeado de preconceitos e que

a imagem de autoridade e respeito ainda é a do pai. Todo esse pensamento enraizado remete a uma mãe desmoralizada e sem precedentes, diminuindo toda a construção dessa função de chefe de família, tornando assim esse contexto um fator de risco iminente. No que diz respeito ao contexto de vulnerabilidade social em que as chefes do lar têm de passar primeiramente pela necessidade iminente da sobrevivência, pois além de serem responsabilizadas por toda a situação domiciliar e de desenvolvimento dos filhos, ainda precisam se adaptar às normas tradicionais que a sociedade impõe diariamente para a chamada “mãe totalmente boa”. Assim, as dificuldades entre a vida familiar e as questões financeiras, agravada pelas extensivas horas de trabalho geralmente mal remuneradas, é uma questão relevante na vida dessas mulheres que sofrem caladas por anos as dores da pobreza (CUNICO; ARPINI, 2014).

Pensando em todo esse contexto, nessa dinâmica de colaboração da rede de solidariedade e na configuração familiar monoparental, este trabalho teve o intuito de discutir a seguinte problemática: Quais as possibilidades de criação monoparental feminina em contexto de vulnerabilidade social? Entendendo que o processo é bastante denso, essa problemática nos faz refletir sobre a elaboração de um estudo capaz de identificar os fatores que interatuam entre si, a fim de propor reflexões que sirvam como subsídio teórico para estudos na área, bem como para o entendimento acadêmico de questões tão importantes.

Partindo do fato de que as mulheres não se constituem como um grupo homogêneo e universal, pelo contrário, são heterogêneas e estão situadas em contextos diversos e condições distintas, o trabalho estará dividido na compreensão teórica do conceito de família, os tipos de família e a família monoparental feminina. Entendendo esses conceitos, será possível adentrar no entendimento de mulher-mãe e suas vertentes para a criação em um contexto de vulnerabilidade social, que se desenvolverá também através de estudos de caso múltiplos, no qual o caso será construído a partir de entrevistas realizadas remotamente com algumas mulheres que se enquadram no grupo estudado. Para a elaboração das entrevistas, o trabalho passou pelo COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA – CEP, para avaliarem o contexto e sua aprovação de pesquisa com seres humanos, o qual foi aprovado e recebeu o direito de aplicação por meio do CAAE 43748921.4.0000.5294.

CONCEITOS DE FAMÍLIA E SUAS ESTRUTURAS

A Origem do termo “família” vem do latim *famulus*, que era compreendido como o grupo de servos domésticos. Já no império romano, foi assumindo novo significado e passou a designar a união de duas pessoas com a ideia de matrimônio, o que assegurava os bens no estatuto da família por meio da hereditariedade. Durante a Idade Média, veio o sacramento da igreja junto à união matrimonial marcando a relação e disputa entre Igreja e Estado. Por fim, no período após a revolução industrial e a consolidação da contemporaneidade, houve diversas relações e possibilidades de formação de diversos tipos de família (OLIVEIRA; SANTANA, 2015).

O conceito de “família” dentro do Brasil se desenvolveu fruto de uma mistura de culturas e raças. A Igreja Católica durante muitos anos tentou controlar todos os aspectos que envolvia família e casamento de forma que mantinham tudo em fiscalização e vigilância, fossem formadas por negros, índios, brancos ou mistos. A partir dessa concepção, nosso modelo familiar não é uniforme e vem mudando de acordo com as transformações sociais que se implicam através do tempo (NORONHA; FERREIRA, 2012).

O Estado, por muitos anos, lutou para tomar a rédea que a igreja possuía sobre a família, e por mais que sofresse influência desta instituição, conseguiu disciplinar a família sob o enfoque social; assim, a família passou a compor peça fundamental da sociedade. Compreendendo esse contexto de família e segundo o artigo 226 da Constituição Federal de 1988, a família é compreendida como a base da sociedade e recebe uma proteção especial do Estado dentro de seus parâmetros:

Art. 226. 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Com demandas que se fazem refletir diretamente no Direito de Família, várias mudanças foram alcançadas no decorrer dos anos a partir da Constituição, entre eles a igualdade e proteção entre homens, mulheres e filho, sejam biológicos ou por adoção, a atribuição aos pais do dever de assistência, criação e educação dos filhos. Divórcio, como método de término do casamento civil, os direitos à família e à constituída pela união estável e às monoparentais, proteção da infância, com o reconhecimento de direitos fundamentais à criança e ao adolescente, entre outros (NORONHA; FERREIRA, 2012).

Por todas essas mudanças, o conceito de família que antes era ligado ao matrimônio, agora com a “mão” do Estado deixa de se interessar apenas pelo casamento e passa a se preocupar principalmente em resguardar o grupo familiar, permitindo novas possibilidades, uma vez que é o afeto que passa a ser pressuposto dessas relações.

Nessa perspectiva Dias (2005, p. 42), relata que:

Agora o que identifica a família não é nem a celebração do casamento nem a diferença de sexo do par ou envolvimento de caráter sexual. O elemento distintivo da família, que a coloca sob o manto da juridicidade, é a presença de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo. Cada vez mais, a ideia de família se afasta da estrutura do casamento.

Assim, a instituição familiar ganhou uma nova roupagem e novas estruturas, sendo elas até hoje aperfeiçoadas e movimentadas de acordo com o momento social e com suas configurações. O conceito de configuração familiar diz respeito ao conjunto de elementos que compõem o núcleo familiar, são os arranjos e disposições dos membros que a fazem parte. Tais configurações variam desde as mais clássicas, pai, mãe e filho ligados pelo sangue, até as mais complexas, por parentesco, coabitação, afinidade, etc. Outro conceito extremamente importante é o de Estrutura familiar, que se entende como as regras que governam as exigências funcionais de interação dos membros ou dos determinados papéis.

Com isso, partindo desses dois conceitos que delimitam o poder, limites e regras da família, entendemos que os núcleos familiares da atualidade na qual estamos inseridos tem uma vasta pluralidade (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011). Alguns tipos de família já estão bem fixados em nossa sociedade e apesar do tabu que ainda precisa ser vencido na atualidade, esses contextos familiares vêm tentando dar conta de toda a complexidade dos fatores que unem as pessoas. De acordo com Wagner, Tronco e Armani (2011), são as seguintes: família nuclear, família matrimonial, família informal, família reconstituída, família anaparental, família unipessoal e a família monoparental, foco deste trabalho.

A FAMÍLIA MONOPARENTAL

Como já descrito anteriormente, a família passou por um grande processo de transformação social durante os anos na história. O artigo 226 da Constituição Federal já

citado passou a reconhecer a existência de famílias monoparentais e dispôs proteção ao que se referia ao Estado, porém tal configuração familiar não possuía estruturação e limites através de legislação infraconstitucional, sendo assim, recebeu direitos constitucionais, porém seus direitos civis e sociais ficaram sem amparo. Foi só a partir da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que foi declarado que “entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”, entrando em questão também o ECA (Estatuto Da Criança e do Adolescente).

Em relação ao assunto tratado, Diniz (2002, p. 11) diz o seguinte:

A família monoparental ou unilinear desvincula-se da ideia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc.

A partir de tal conceito, é possível tirar algumas características marcante do que se entende por família monoparental. Para Santos e Santos (2011), são três as características fundamentais para a constituição de tal estrutura: a primeira se encontra na presença de um só genitor desempenhando o papel na criação, convivência, manutenção e educação dos filhos que precisam aprender desde cedo a conviver com a ausência de um dos pais; daí a segunda característica é pertinente, pois a criança desse modelo precisa crescer e conviver com tal situação. Por fim, a característica que fez surgir esse modelo, a situação, entre elas o divórcio, a viuvez, separação, adoção unilateral, etc.

Historicamente a monoparentalidade sempre existiu, mas foi evoluindo consideravelmente durante os anos, pois sua estrutura ocorria de forma involuntária, fruto de uma situação imposta quando uma das partes falecia. Hoje, essa forma de família transformou-se em um modelo de vontade, como no divórcio ou na adoção unilateral, por exemplo, dessa forma se torna difícil especificar um único fator gerador de tal fenômeno, mas é possível analisar os diversos fenômenos que levam a existir (DOS SANTOS; DA COSTA SANTOS, 2011).

Dentro da categoria de monoparentalidade, a ideia de mães solteiras sofreu e ainda sofre discriminação e marginalização da sociedade, bem como no tocante à própria legislação. A aceitação só veio ocorrer quando as próprias leis no Brasil começaram a cobrir as mães solas e suas proles. O decreto n. 3.200/41 permitiu a guarda do filho natural e biológico. A Lei n.7.841/89 permitiu o reconhecimento dos filhos incestuosos e por fim

a Lei n. 883/49 abriu portas para que filhos fora do casamento, os adulterinos, fossem reconhecidos legalmente.

Outras leis voltadas ao direito do trabalho permitiram às mulheres direitos estando casadas ou não. Entre elas, Licença-maternidade de 120 dias (a partir do 8º mês de gestação), direito a duas semanas de repouso no caso de aborto natural, dois descansos diários de 30 minutos para amamentação, até a criança completar seis meses de vida, entre outros (OLIVEIRA, 2002).

As mulheres lutaram durante anos e conseguiram grandes conquistas como a Lei n. 8.069/90 e a Lei n. 8.560/92 que lhes deram direito de entrar com a ação de investigação de paternidade e reconhecimento dos filhos, mesmo o possível pai sendo casado ou não. Para fechar, criou-se a Lei que deu direitos a regulamentação dos companheiros a alimentos e à sucessão, Lei n. 8.971/94 (OLIVEIRA, 2002).

Outro ponto bastante importante a ser tocado dentro do contexto da maternidade é que as mães solteiras não são redutíveis a um único tipo. Leite citando Lê Gall e Martin (2003, p. 58) aponta alguns tipos de mães encontradas dentro do Brasil, são elas:

1. As “maternidades impostas”, quando se trata de mães solteiras que não decidiram ter, nem conservar o filho, mas que não estão autorizadas pela lei a interrupção voluntária da gestação, o que obriga a assumir sua gravidez.
No entanto nada impede que algumas mulheres pratiquem o aborto ilegalmente, ou abandonem a criança após o nascimento;
2. As “maternidades involuntárias”, quando mesmo a gravidez não tendo ocorrido por opção, após a concepção decidem ter e educar sozinhas o filho;
3. As “maternidades voluntárias”, estas sim, tomaram a decisão de ter e assumir sozinhas os filhos;
4. As “maternidades de coabitantes”, neste caso as mães solteiras decidem em conjunto com o coabitante ter e educar um filho.

É possível perceber, então, que trabalhar com famílias não é uma tarefa simples, principalmente quando esse contexto familiar passa por certas rupturas e se constata que o primeiro problema da família monoparental é sua estruturação fazendo-a destoar do ideal social de família, já que esta foge de todos esses parâmetros do que se entende de tradicional. Além dos desafios sociais, a mulher que decide criar seu filho sozinha, voluntariamente ou não, precisa enfrentar não só os preconceitos, mas todas as dificuldades sociais e de vulnerabilidade nas quais o país vem inserido, assim precisamos entender melhor em que contexto histórico essas mães se encontram e quais as

dificuldades e possibilidades enfrentadas por elas na criação de seus filhos e para sua própria sobrevivência (DOS SANTOS; DA COSTA SANTOS, 2011).

AS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Compreender a questão da vulnerabilidade social está totalmente ligada à situação de pobreza, abusos, explorações, aspectos psicossociais e culturais, além dos aspectos econômicos e qualificação profissional. No entanto, apesar da classe social e do poder aquisitivo ser um grande motivador para as questões sociais, é necessário entender que ser mãe solteira é enfrentar uma dupla jornada de trabalho, tendo de conciliar os afazeres com os filhos e com o trabalho, além de enfrentar discriminação e sofrimento, causando, consequentemente repercussões nas condições de vida familiar (BRITO, 2008).

A Agência do Brasil divulgou em 2015 que o país contava com 67 milhões de mães e, desse número, 31% eram de mães solteiras, cerca de 20 milhões. Já o IBGE também apontou em seus estudos que houve um aumento de cerca de um milhão desse grupo entre 2005 e 2015.

É sabido que nas camadas em que a condição de vida é mais precária, as famílias que são chefiadas por mulheres em diversos casos passam por certa precariedade econômica, pois sendo a mulher a única responsável no domicílio, diversos desafios se apresentam como, trabalhos mal remunerados em menor tempo o que acaba gerando uma dificuldade para a garantia do sustento familiar, já que a líder familiar se divide em ser mãe e ser a única provedora do lar (PINTO et al., 2011).

A realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade social é permeada por contradições que afirmam sua complexidade, ao longo da história brasileira. A maternidade e a relação parental são dimensões significativas de sua identidade feminina e do sentido da vida, e as impulsionam ao trabalho, ao sustento do lar, à batalha de cada dia, à superação de desafios. A condição de chefia, por outro lado, as afasta de seus lares e de grande parcela do tempo da vida de seus filhos (COSTA; MARRA, 2013, p. 151).

A bibliografia estudada nos mostra que o contexto para a monoparentalidade é diverso, mas para o contexto de vulnerabilidades social, em muitos casos, se repete os motivos que levam a mães ao se tornarem responsáveis pelo lar. Pinto et al. (2011) nos mostra, em seu estudo sobre o contexto de vulnerabilidade social, que tais famílias em sua grande maioria são decorrentes de gravidez precoce ou indesejada, instabilidade

familiar ou abandono, sendo não muito difícil identificar marcas de violência doméstica, incluindo as “invisíveis”, que deixam profundas sequelas em relação à sua autoestima e à busca ou reconstrução de sua identidade como mulher.

Como cita o Pinto et al. (2011), são muitos os contextos que mexem com a estrutura dessas mulheres, de forma que o Estado em muitas vezes negligencia o apoio que elas necessitam, o que amplia as dificuldades enfrentadas, que já incluem questões econômicas, sociais e a violência. As autores indicam ainda que esta situação expõe “uma face perversa da condição feminina, sobressaindo, por um lado, a baixa autoestima, as frustrações, os medos e anseios e, por outro, a coragem e a perseverança na luta pela sobrevivência.” (PINTO et al, 2011, p. 169).

Outra condição que é encontrada nesse contexto é o alto nível de vulnerabilidade emocional, seja pela própria violência em si ou exploração, seja pela ideia de abandono que muitas carregam dentro de seu cotidiano, bem como a fragilidade que são expostas no decorrer de seus dias. A pobreza em si é uma conhecida influência sobre o funcionamento psicológico, podendo interferir no funcionamento infantil e nas relações familiares de forma que para a mãe que cuida sozinha, as tensões financeiras estão associadas a altos níveis de sintomas, o que influencia de forma direta e negativa a qualidade na criação dos seus filhos (SCARPELLINI; CARLOS, 2011).

Por outro lado, a vulnerabilidade e fragilidade financeiras, promove uma relação de troca contínua, respeitosa e afetuosa dos filhos com suas mães, buscando promover e desenvolver uma autossuperação no que tange às finanças da família, pois o diálogo e as relações são utilizados para desenvolver uma maior compreensão de seus problemas sociais, fortalecendo o vínculo e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade (SCARPELLINI; CARLOS, 2011).

Compreender o contexto de pobreza é evidenciar uma situação precária em que a mulher que chefia sua casa tem de enfrentar diariamente uma luta social e de preconceitos enraizados em uma sociedade ainda patriarcal uma vez que as mulheres ainda ocupam os piores postos de trabalho, obtendo a menor remuneração e a sua vinculação a atividades informais. Além de toda essa carga, ainda é essa mesma mulher que irá assumir as funções domésticas e os cuidados com os filhos, não tendo espaço para o cuidado de saúde mental e físico, já que o lazer pessoal fica em segundo plano. Nesse sentido é necessário aprofundar e entender as representações que essas mulheres estão inseridas, a violências domésticas, psicológicas e emocionais, compreendendo todo o impacto que essas

dificuldades provocam e interferem na vida familiar, no trabalho e no pessoal (BRITO, 2008).

RESPONSIVIDADE MATERNA E REDE DE APOIO

De forma bem geral, pesquisas relacionadas à monoparentalidade feminina nos traz uma perspectiva negativa ao que se refere à criação de apenas um genitor. De outro modo, estudos que trazem outra versão dessa configuração familiar têm crescido cada vez mais no meio acadêmico de modo que alguns trabalhos têm demonstrado que as crianças podem se desenvolver sem prejuízos em lares de mães solas (MARIN; PICCININI, 2009).

Alguns exemplos são bastantes pontuados na literatura ao que se refere aos pontos positivos que se observa em famílias monoparentais. Um dos mais discutidos ganhos dessa área é o ganho de responsabilidade que a criança recebe para realizar suas próprias atividades e tomar suas próprias decisões, participando também das divisões de tarefas e das adequações de horários para suas necessidades, além de se tornar mais independente dos demais membros familiares no seu dia a dia, o que contribui para que ela tenha maior autonomia, acolhimento e intimidade que diferente das famílias nucleares tendem a haver maior hierarquia (MARIN; PICCININI, 2009).

Apesar de toda a dificuldade caracterizada pelo abandono paterno frente ao cuidado com os filhos, diversas mães, mesmo com toda dificuldade enfrentada, desenvolvem um processo de responsabilidade desejável e necessária para o cuidado dos filhos. A chamada responsividade materna é essa característica de cuidado e sensibilidade no desenvolvimento seguro que se traduz em confiança na disponibilidade emocional e responsividade da mãe, e que promovem uma orientação positiva e confiante da criança em relação a ela, ao mundo e a si mesma (PICCININI et al, 2007). Diversos estudos comprovam que a interação da criança com adultos cuidadores é a base primária para o desenvolvimento na infância gerando um processo de melhoria de vida. Com isso é necessário compreender onde se encaixa e como se divide essa responsividade materna.

Alvarenga, Malhado e Lins (2014) nos trazem alguns benefícios para o entendimento do assunto e afirmam que além de um bom desenvolvimento infantil, a responsividade materna auxilia no entendimento dos entornos sociais na qual o sujeito será inserido, favorecendo novas habilidades e autonomia para a socialização no futuro já que esse encontro da mãe com seu filho afeta positivamente a reação da criança com ciclos mais positivos de relações.

Não é muito difícil entender que as principais dificuldades enfrentadas pelas mães solas não estão apenas no cuidado com as fraldas, escola, orientação e cuidado, sabe-se que a dedicação materna toma outros aspectos daquilo que seria a personalidade e cuidado de cada mãe. A vida em família passa a tomar todo o tempo, e a mulher se anula quase ou completamente para a vida profissional e sustento de casa, e são poucas as mulheres que conseguem suprir além das questões básicas de alimento e segurança (PINTO et al., 2011).

Cada etapa do ciclo vital familiar desafia seus membros a realizar modificações para enfrentar as novas demandas e a ideia de mãe solo nesse contexto gera efeitos diferentes na rede de apoio social, tanto em sua estrutura quanto na percepção do apoio recebido, as famílias se mobilizam, sejam positivamente ou não. Assim, o funcionamento familiar se relaciona com as habilidades em lidar com eventos estressores e a maneira de superá-los de forma saudável.

A rede de apoio, assim como o apoio e cuidado da mãe, possibilita que as crianças enfrentem o processo de monoparentalidade de forma mais saudável e eficaz, bem como a mãe nesse contexto consegue adquirir tempo e vontade para o cuidado pessoal e da casa. Por isso o tema é tão importante ser discutido, pois assim as mulheres que se encontram nesse contexto identificam em suas vivências o apoio necessário para o suporte familiar (PICCININI et al, 2007).

METODOLOGIA

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica para traçar um entendimento sobre o contexto dessas mães dentro de suas famílias aplicado junto aos objetos empíricos discutidos. Logo após, realizou-se a coleta de dados, o qual posteriormente realizamos a análise do conteúdo estudado, junto à coleta dos dados adquiridos.

O estudo foi do tipo descritivo, pois se trata do método no qual o pesquisador se atenta a descobrir a frequência, conexão e relação com que o fenômeno ocorre, em que não possui interferências diretas, mas apenas uma relação descritiva (OLIVEIRA, 2011). Ainda de acordo com o mesmo autor, esse tipo de estudo é uma abordagem qualitativa que permite conhecer com profundidade a realidade pesquisada por meio das características do sujeito, de uma população ou de um evento.

Participaram da pesquisa, mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social, e monoparentalidade que se sentiam à vontade para responder ao questionário que

trazia perguntas relacionadas à situação de vida cotidiana referente ao seu contexto social. O estudo foi realizado com três mães de família, utilizando-se do método de coleta de dados conhecido como bola de neve, no qual apenas a primeira participante foi chamada pelo pesquisador e as seguintes surgiram por meio da indicação das participantes anteriores. Esse método possibilita uma escolha aleatória das participantes, reduzindo o viés por seleção do pesquisador.

Para realização da coleta, foi utilizado um formulário estruturado com perguntas diretas, relacionadas aos aspectos demográficos como: sexo, idade, escolaridade e grau de parentesco. Após as repostas do formulário, uma entrevista foi realizada a fim de contemplar o objetivo da pesquisa de compreender as dificuldades enfrentadas pelas famílias que tem a mulher como responsável pela casa e pelas despesas.

Por fim, para um comparativo e análise dos dados, foi utilizado o instrumento de ecomapa para que fosse possível uma visão mais ampla sobre a estrutura e a dinâmica da família, de maneira a guiar o estudo, baseadas nos desequilíbrios identificados nas falas das entrevistadas. O ecomapa é um instrumento bastante utilizado para a compreensão, identificação e ligações de um sujeito e suas redes. É um instrumento de avaliação de representação gráfica e seu objetivo é identificar os padrões organizacionais da família e a natureza das suas relações com o meio, mostrando-nos o equilíbrio entre as necessidades e os recursos da família (AGOSTINHO, 2007).

O ecomapa foi desenvolvido nos Estados Unidos como um instrumento para auxiliar a assistência social, criado por Ann Hartman, em 1975, que via no instrumento bastante potencial para ajudar famílias ditas “problema”. Com esse instrumento, foi possível identificar nas famílias entrevistada pontos fortes, fracos e sem vínculo para entender o rodear das mães estudadas.

O trabalho foi observado de perto pela orientadora do projeto, junto à faculdade, que teve responsabilidades éticas e legais para a elaboração do projeto, bem como a aluna se comprometeu eticamente com a elaboração da pesquisa e com a confidencialidade das participantes, respeitando o sigilo ético e profissional da Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa, três mulheres em contextos diferentes de monoparentalidade, em que foi realizada uma entrevista para a obtenção da história de vida de cada uma das participantes e da trajetória dentro do contexto social na qual estão

inseridas. Por meio da técnica bola de neve, na qual apenas o primeiro participante, é escolhido pelo pesquisador e os seguintes são indicação da própria entrevistada. Como se tratou de uma pesquisa para confecção de monografia, a coleta foi encerrada no 3º sujeito por causa do prazo de coleta determinado em cronograma se encerrou. É importante ressaltar que a coleta realizou-se durante o período de distanciamento social, em ocasião da pandemia de COVID-19. Desta coleta, foi obtido o seguinte resultado:

Quadro 1 – Apresentação dos sujeitos de pesquisa – Mossoró, RN – 2021.

Nome	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3
Idade	50 Anos	43 Anos	54 Anos
Idade que foi mãe	22 Anos	41 Anos	24, 30 e 33 Anos
Escolaridade	Técnico	Ensino médio	Fundamental incompleto
Profissão	Téc. em enfermagem	Técnica em segurança	Do lar
Membros da casa	Mãe e filha	Mãe e filha	Mãe, duas filhas

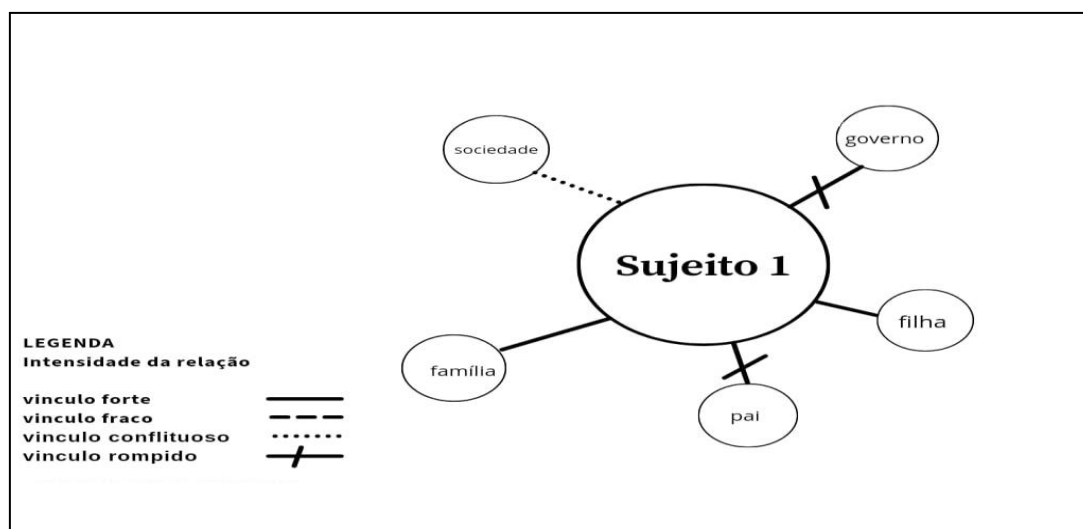
Após a entrevista sobre os dados gerais, iniciou-se a entrevista sobre o histórico de vida das participantes. Entendendo que é de suma importância a compreensão do histórico de vida dessas mulheres, a entrevista teve foco em áreas específicas no que se refere ao contexto de monoparentalidade. Os focos da história foram: a) como ocorreu o contexto de monoparentalidade, b) o que se esperava em ser mãe solo, c) o que achava que a sociedade diria sobre d) quais os principais desafios em ser mãe solteira e) teve alguma ajuda governamental, e) ver diferença na criação sendo só mãe, f) mudaria alguma coisa na história.

Com a entrevista em mãos, foi proposto uma reflexão no que tange as partes da trajetória de vida de cada uma das entrevistadas e uma análise a partir da representação do ecomapa permitindo um conhecimento básico dos vínculos de cada história de monoparentalidade separadamente.

RESULTADOS COM O ECOMAPA

Sujeito 1

Figura 1 - Representação do Ecomapa geral com os principais vínculos identificados no sujeito 1 Mossoró, RN - 2021.



Quadro 2 – História de vida – Mossoró, RN – 2021

Contexto de Monoparentalidade	Namorava e engravidou. No primeiro momento o pai disse que ia criar e estava feliz, porém com um tempo disse que não queria mais e desapareceu.
A ideia de Monoparentalidade	A ideia de cuidar do filho pareceu um pouco desesperador, porém a família apoiou em tudo, mesmo decepcionados.
Sociedade	Não se preocupava com a opinião da sociedade, opinião dos outros, mesmo sabendo que na época não aceitavam e discriminavam a ideia de mãe solteira.
Desafios	Ter que contar a sua filha a história de sua vida quando estivesse maior.
Ajuda Governamental	Nos dois primeiros anos da criança, com o bolsa família.
Diferença de Criação	Não teve diferença, pois foi pai e mãe e teve sua família.
Mudanças Possíveis	Não mudaria nada, pois desde que descobriu que era mãe já estava feliz.

De acordo com os dados levantados, a participante não possuiu vínculo nenhum com o pai de sua filha, que após a descoberta da gravidez, não aceitou assumir a função paterna. Este fato, porém, fortaleceu os laços que ela já possuía com sua família, o que também lhe ajudou a ter uma melhor relação com a sua filha.

A entrevistada conta que recebeu, no início de sua gravidez, auxílio do governo para o sustento da filha, porém, o valor recebido era insuficiente e com aproximadamente dois anos de vida da filha, ela precisou trabalhar para sustentar as despesas da casa. Nesse

período ela recebeu a ajuda de sua mãe, que ficava olhando a menina quando não estava na escola. Com a carteira assinada, o governo finalizou a ajuda de custo e ela precisou assumir toda a responsabilidade financeira da criação de sua filha, visto que o pai era ausente e não deu suporte algum.

Ela informa que nunca se importou com o que a sociedade iria falar sobre a sua monoparentalidade, mas entende todo o processo de preconceito e não aceitação que existe para com as mães solteiras, mesmo ela tendo o apoio de sua família. Deste modo, considera-se que, apesar dos conflitos gerados pelo abandono do pai, a família não aparece como fator complicador, mas sim uma forte aliada e um poderoso instrumento no processo de resgate do indivíduo.

“A Sociedade é preconceituoso, uma mãe solteira. A família que tem uma filha que é mãe e não tem marido era assim motivo de discriminação, mas como eu acabei de dizer minha família sempre me deu apoio e eu nunca me preocupei com essa situação aí. eu tô solteira e vou ser mãe, então enfrentei da melhor maneira possível”... “Enfrentaria qualquer coisa pelo bem da minha filha e não me preocupei com o que o povo ia dizer ou ia deixar de dizer. Sempre tive uma mente um pouco aberta pra poder não me preocupar com a opinião dos outros. Eu estava feliz, minha família estava feliz, eu tinha uma filha. Então estava tudo bem (Sujeito 1)”.

A partir de sua fala, é possível observar marcos que movimentam seu pensamento em que a família nuclear não representa o sucesso de uma única configuração familiar. Nesse ensejo, observa-se uma espécie de sentimento nostálgico de estabilidade, conduzindo-a a se apoiar em seu modelo de família monoparental, o que reforça certa condição de solidez desse modelo frente as demais configurações familiares. Costa e Marra (2013), em sua análise sobre esse modelo familiar, afirmam que tais configurações precisam existir para que a ideia de família modelo, em que existe um pai provedor e uma mãe cuidadora, não seja a única forma de se enxergar uma família, mas que essas mães que assumem os dois papéis, possam ter seus esforços reconhecidos e menos discriminados.

Para muitas mulheres chefes de família, substituir a paternidade é um aspecto de orgulho e motivação, apesar de ser um agravante na criação dos filhos. Para elas isso evidencia força, superação e completude, e se constitui em fator de proteção e fortalecimento. Entretanto, muitas vezes, o pai de seus filhos representa um momento ruim da vida delas, o que fragiliza ainda mais a figura paterna e masculina para seus

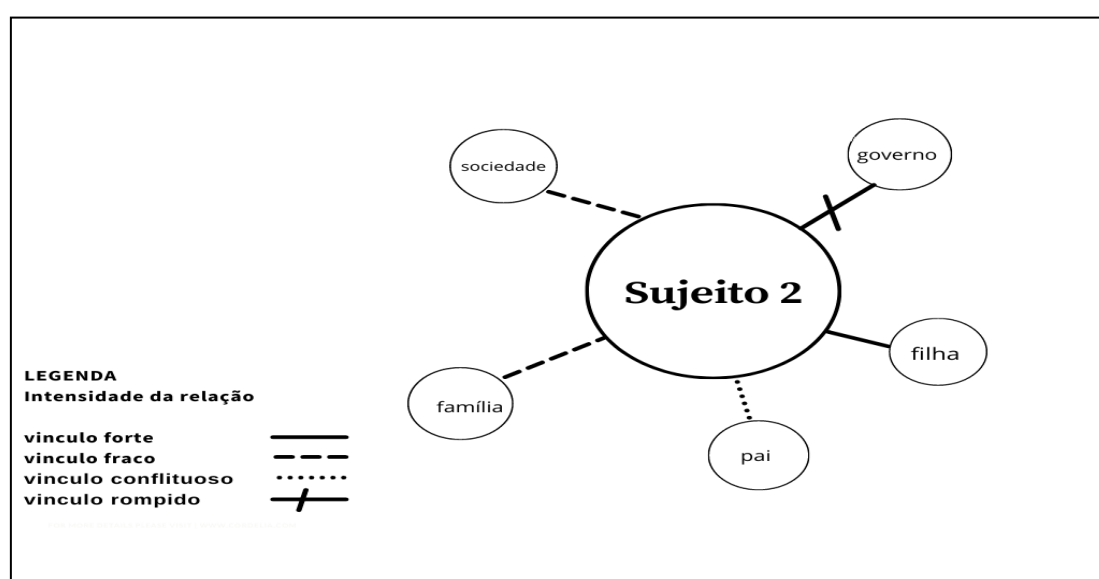
filhos. Muitos casos demonstram a concepção de que a autoridade masculina é inerente apenas, ou principalmente, à responsabilidade econômica (COSTA; MARRA, 2013, p. 150)

Percebeu-se, no decorrer da entrevista, que existe um verdadeiro apoio da família de origem para com essa mãe, como discutido na questão da rede de apoio acerca da reinserção social dessa mãe, é muito importante dentro que a família que a criou apoie a fase da vida dessa mulher. Observou-se que, em vários momentos relatados, a entrevistada sente-se privilegiada de ter recebido esse suporte. Cada mãe é um mundo e a forma de criação é particular a cada uma. Diversas mães, mesmo com toda dificuldade enfrentada, desenvolvem um processo de responsabilidade desejável e necessária para o cuidado dos filhos e é muito isso que se compreende neste caso: o apoio da família de origem e o desejo de ser uma mãe “boa”.

No processo de entrevista, foi possível compreender que, ao desenvolver intervenções, devemos ter por referência as necessidades da pessoa que fala e não o que se convencionou ser importante para o outro. Visto que o entendimento de mãe solo para a entrevistada não foi compreendido pela colaboradora como algo ruim, mas como um processo necessário para que ela pudesse se colocar como tal, mesmo que isso significasse passar por alguma dificuldade financeira.

Sujeito 2

Figura 2 - Representação do Ecomapa geral com os principais vínculos identificados no sujeito 2 Mossoró, RN - 2021.



Quadro 3 – História de vida – Mossoró, RN – 2021.

Contexto de Monoparentalidade	Ficou com o pai de sua filha, porém o mesmo não aceitou a gravidez, pois já tinha outros filhos e foi embora.
A ideia de Monoparentalidade	Ela não tinha ideia de como seria cuidar de um filho e esperou ser mãe para colocar o papel em prática.
Sociedade	Acredita que a sociedade tem mudado e que aceita melhor a ideia de mãe solteira e a mesma não se importa com o que falam.
Desafios	Educar a filha sozinha e não ter ninguém para contar nas coisas do dia a dia como ir à escola ou até mesmo ir ao médico.
Ajuda Governamental	Não recebe ajuda nenhuma.
Diferença de Criação	Não acredita em diferenças, pois o amor é um só.
Mudanças Possíveis	Se pudesse teria o pai ajudando em tudo, mesmo não faltando nada.

Ao observar o quadro 3, é possível verificar que a mãe em questão tem cerca de três anos de luz, sendo das entrevistadas a mais recente a passar pelo processo de monoparentalidade. No entanto, comparando com as outras duas entrevistadas, ela é a mais velha a dar à luz. Sendo assim, é possível observar certa experiência no que se refere à história de vida e de processos de conhecimento de vida, no qual ela enxerga uma mudança significativa na aceitação social de mães soltas:

“Eu acho que a sociedade hoje pede uma forma, assim, natural, né, o fato de eu ser mãe solteira. É porque hoje já é bem comum, né, isso assim não é uma coisa que vem de hoje, as mães que criam seus filhos sozinhas, né, a gente pode ver que já vem de longas datas, né, então assim, eu nunca sofri nenhum preconceito por ser mãe solteira” (SUJEITO 2).

Confirmando assim o que diz Lacerda (2006, p. 73), no seu estudo sobre família, sociedade e constituição:

A partir da Constituição de 1988, o conceito de família muda, portanto, substancialmente, desde aquela antiga concepção fundada nas raízes latinas da sociedade brasileira, para uma percepção mais aberta e abrangente, liberta de grande parte das amarras que me limitavam a família. Referendando tendência presente na sociedade, a constituição reconhece, formalmente, situações reais, porém malvistas e discriminadas socialmente (LACERDA, 2006, p. 73).

Outra fala bastante pertinente é a que se refere à criação de mãe e pai, em que afirma: *“Pra mim não tem diferença na criação do pai ou da mãe porque os cuidados e*

o amor são o mesmo e até os ensinamentos, porque o pai e a mãe só querem o melhor para seus filhos, por isso não existe diferença” (SUJEITO 2).

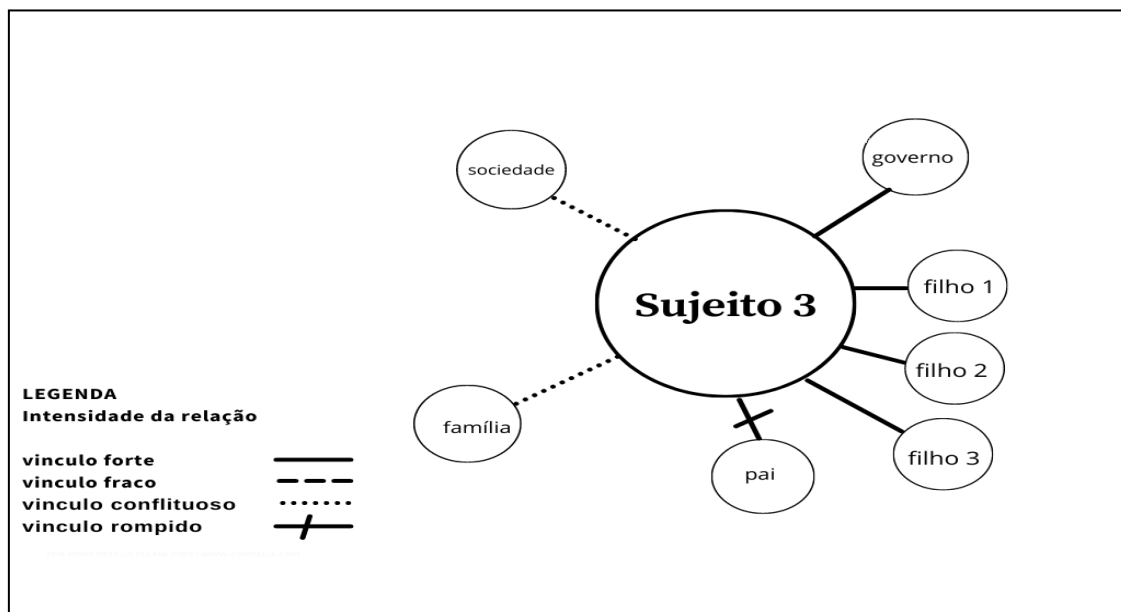
Substituir a paternidade para algumas mulheres chefes de família muitas vezes é considerado motivo de orgulho e motivação, apesar dos desafios relacionados à criação de um filho. Para algumas mães, esse papel tem caráter de força e motivação para a proteção e fortalecimento de seus filhos. Em várias histórias, o momento de abandono paterno causa fragilidade, levando muitas a pensar que a concepção de uma figura masculina é inerente apenas, ou principalmente, à responsabilidade econômica, o que faz com que admitam e assumam que não sentem faltas dentro do processo de criação solo (COSTA; MARRA, 2013).

A mãe em questão nos traz em seu discurso certo distanciamento da ideia de sociedade preconceituosa e afirma que o amor que sente por sua filha é suficiente para o crescimento da dela e o sustento de ambas. É possível que ela não tenha sofrido ou percebido preconceito, visto que a ideia de mãe ainda é muito recente e sua filha ainda é muito pequena. Porém, precisamos entender que tal afirmação diverge um pouco daquilo que é trazido da literatura em anos de história e luta para essa construção. De fato, tal afirmação na atualidade, depois de anos de luta e dificuldade seja mais fácil de ser encontrado. Mas é necessário entender que todo processo que levou a essas possibilidades de liberdade monoparental foi construído em anos de lutas e resistências femininas, e que isso é possível de observar na fala das outras entrevistadas que não viram esse processo com tanta leveza.

Outro ponto complexo na fala do sujeito 2 é o fato de que mesmo ela trazendo um relato de independência emocional, afirmando não precisar de um marido, ao ser questionada sobre o que mudaria no contexto em que vive, afirma que se possível teria o pai para cuidar de sua filha e ajudá-la nas responsabilidades diárias de mãe. É possível perceber, que trabalhar com famílias não é uma tarefa simples, principalmente quando esse contexto familiar passa por certas rupturas e se constata que a estruturação da família monoparental ainda é vista como um desafio, já que mesmo conseguindo criar suas filhas sozinhas, apresentam a necessidade do apoio do pai quando questionadas sobre a possibilidade

Sujeito 3

Figura 3 - Representação do Ecomapa geral com os principais vínculos identificados no sujeito Mossoró, RN - 2021.



Quadro 4 – História de vida sujeito 3 – Mossoró, RN – 2021.

Contexto de Monoparentalidade	Foi casada com o companheiro, porém sofria violência domestica e se separou e desde então o ex-marido não ajudou mais em nada.
A ideia de Monoparentalidade	Foi desesperador cuidar de três filhos pequenos, sozinha e sem ajuda financeira.
Sociedade	Não pensou nisso, mas foi muito julgada, principalmente pela família que mesmo sabendo que a mesma apanhava não apoiou a sua saída de casa.
Desafios	Educar os filhos sozinha e fugir das ameaças no início do ex-marido. Teve um período que ate a comida foi pouca.
Ajuda Governamental	Recebeu bolsa família até a maior idade dos filhos, porém eram três e achava pouco para sustentar os filhos.
Diferença de Criação	Acredita que seu marido teria tido mais pulso com os filhos que um homem em casa, ajuda a colocar ordem em tudo.
Mudanças Possíveis	Se eu pudesse voltar atrás, não teria casado com esse homem e não teria tido filhos com ele, pois sofri muito.

A última entrevistada possui uma história de vida diferente das duas anteriores, apesar do contexto de monoparentalidade, pois a conjuntura de ser mãe solo só ocorreu alguns anos após o nascimento dos filhos, com a separação. O ex-marido, que antes matinha a casa, abandonou todas as responsabilidades como pai, parou de ver os filhos e

de contribuir financeiramente. Ela conta que foi um momento desesperador, pois nunca tinha trabalhado e que precisou ir embora da cidade para tentar ajuda de familiares, chegando a não terem o que comer.

“Eu não tive apoio nenhum da minha mãe e fiquei com muito medo porque eu tinha três filhos para criar e não aguentava mais apanhar, tive que me virar, né, e só eu sei o que tive que aguentar pra poder alimentar meus filhos. Foi dias de sofrimento, mas Deus me ajudou e comecei a ter uma ajuda do governo” (SUJEITO 3)

Diferente das outras duas, esta entrevistada não teve o apoio familiar ao decidir sair do relacionamento em que vivia, mesmo informando que sofria violência doméstica, não os teve como parte da rede de apoio durante a separação. Vários estudos realizados demonstram o papel da rede de solidariedade no suporte de mães solteiras, a família extensa desempenha papéis importantes do contexto doméstico e referencial para os filhos. Sem esse suporte, durante as dificuldades do processo de separação, a mãe acaba sobrecarregada e sem ter para onde ir (COSTA; MARRA, 2013).

Apesar de todo o relato de violência doméstica e sofrimento que traz em sua entrevista, ao ser questionada sobre a diferença de criação entre mãe e pai, a entrevistada afirma que “um homem em casa, ajudaria a ter pulso com os filhos”. Isso nos mostra que os valores tradicionais do homem como mediador e provedor ainda persistem em alguns relatos da nossa sociedade. O que reforça a visão de autoridade masculina e dos padrões patriarcais que fragilizam socialmente aqueles que não têm um homem como “líder da casa”, numa ideia distorcida de que a mãe sozinha não tem controle dos filhos (CUNICO; ARPINI, 2014).

A temática da violência é multifacetada, tem muitos dilemas, seja pelo sofrimento a que a vítima é submetida e a forma como ela irá exteriorizá-lo. A violência contra a mulher é tida como um problema social, cuja relevância tem ganhado visibilidade pela sociedade, além de ser um importante problema de saúde pública com necessidades de intervenções e um problema que necessita de repercussão para que gere um processo de educação continuada que promovam capacitações e entendimento no que tange a violência contra a mulher (CUNICO; ARPINI, 2014).

“Sim, eu tive ajuda do governo e foi até meus filhos completar 18 anos, e confesso que se não fosse essa ajuda no início não sei o que teria acontecido com a gente porque eu não tinha da onde tirar, nunca tinha trabalhado e tava fugindo do vagabundo do meu marido.” (SUJEITO 3)

Outra diferença marcante é o fato de a entrevistada receber auxílio governamental para o sustento dos filhos, diferentemente das outras que não tiveram ajuda por muito tempo. Durante a fala, a questionada chega a relatar o alívio em ter tido ajuda financeira para o sustento dos filhos e isso nos mostra a importância desse apoio durante o processo de mães sem apoio familiar.

Das três entrevistadas, a mãe em questão foi a que mais relatou seu processo de abandono paterno e a dificuldade que teve ao criar seus filhos sozinha. Passou fome, humilhação e sofrimento, mas não perdeu a esperança de um dia dar o necessário aos seus filhos. Não teve apoio da família de origem, sem amigos e sem ter a quem pedir ajuda, acabou esquecendo-se de si mesma e esquecendo os cuidados de sua própria saúde mental. Como dito na literatura, a mulher que passa por essas dificuldades acaba deixando em último plano os cuidados consigo mesma e vivendo exclusivamente para tornar-se a mãe suficiente boa e responsável pelo lar (PINTO et al. 2011).

Alguns elementos podem ser relacionados diretamente à situação de vulnerabilidade social, mas é possível identificar nas falas da entrevistada a falta de informação e conhecimento sobre seus próprios direitos, sobre os deveres do pai e da justiça (para se fazê-lo cumprir seus deveres). Como foi informado, ele não ajudou financeiramente, não ajudou na criação dos filhos e nem pagou pelo crime de violência doméstica que cometeu.

Por fim, estes dados devem ser levados em consideração, visto que famílias chefiadas por mulheres são em grande parte decorrentes de uma gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar e abandono e as mulheres assumem uma sobrecarga de papéis frente às dificuldades sociais, econômicas e de violência. Como é de conhecimento geral, a violência atinge as mulheres independentemente da idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social e esta mulher passou por tudo isso mostrando força e vontade em conseguir ser mulher e mãe

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a chefia feminina se consubstancia como um avanço da trajetória das mulheres na sociedade, porém é necessário analisar o processo de sua saída já que se entende que a situação de pobreza e miséria é um dos fatores que faz vir à tona a chefia feminina no tocante à provisão financeira feminina. O que não necessariamente está associado a uma questão de emancipação ou autonomia feminina.

Como resultados esperados, foi possível conhecer um pouco o contexto em que se desenvolve o sofrimento dessas mulheres e o medo que carregam dentro de si, além do peso que a sociedade impõe sobre elas. Através dos dados da entrevista, foi visto que essas mulheres conviveram com situação de violência e pobreza, tendo que lidar com a monoparentalidade, o que corrobora com as teorias apresentadas pelos autores estudados no tocante às dificuldades que tais mulheres enfrentavam em busca de emprego, alimento, lazer, respeito etc.

Outro resultado esperado com essa pesquisa, foi a compreensão do papel do Estado em disponibilizar para essas mulheres ajudas de custo e apoio social através de políticas públicas para a sobrevivência dentro do contexto de vulnerabilidade. Com a realização do estudo, foi possível perceber que o Estado não cumpriu esse papel para todas as famílias, pois apenas uma delas teve apoio até a maior idade de seus filhos e as outras por trabalharem, mesmo sozinhas não tiveram esse suporte. Todo esse processo reforça a necessidade de ampliação e alcance das políticas públicas de ação social, bem como na divulgação desses serviços, visto que em alguns casos, as pessoas sequer conhecem seus direitos

A monoparentalidade feminina no Brasil ainda se constitui por um tema extremamente carregado de preconceitos e falta de conhecimento em relação ao cuidado com a saúde mental de mães em contexto de vulnerabilidade social e chefia do lar. E devido a esses preconceitos, os conhecimentos referentes ao contexto familiar descrito ainda são poucos diante da complexidade desse tema, fazendo com que o campo que estudam a monoparentalidade no Brasil necessite de maneira gradativa de mais pesquisas que contribuam significativamente para um processo de desprendimento de preconceitos, hierarquias, conservadorismos e especialmente para a construção de entendimento, respeito e compreensão por toda sociedade no que tange ao processo de criação solo no país.

Em relação ao contexto de monoparentalidade, diversas famílias convivem logo cedo com a situação de abandono paterno e vulnerabilidade social, em que diversas mães se tornam responsáveis por todo o sustento familiar passando muitas vezes por situações precárias para conseguir o alimento dos filhos e uma melhor condição de vida. Assim, além de ser um tema extremamente rico para a compreensão acadêmica, nos coloca em lugar de extrema importância para o desenvolvimento do tema na nossa sociedade.

No que se refere à contribuição acadêmica e ao estudo sobre família, destaca-se a importância da compreensão das transformações familiares como processo social. Assim, os resultados desta pesquisa se apresentam como um caminho para o entendimento de conceitos, estruturas e formatos familiares, ao abordar estudos, debates e ações dessa temática, com o intuito tornar explícito o valor que a mulher possui dentro da sociedade em que vivemos. Desta forma, contribuímos de forma significativa para o entendimento ainda muito precário sobre as questões que se situam na intersecção entre pobreza e família.

Outro ponto que nos leva ao interesse dessa temática é a oportunidade de compreender os aspectos facilitadores e dificultadores que se impõem a esses sistemas familiares em específico, entendendo que a monoparentalidade feminina é complexa e multifatorial. Portanto, quebras de paradigmas ainda são necessárias no sentido de romper concepções normativas e estereotipadas de gênero.

Assim, neste trabalho houve a possibilidade de verificar o contexto socioeconômico e político em que estão inseridas as mulheres, cada uma com sua história. Diferentemente do que se esperava em relação ao abandono, as histórias trazidas ressaltaram a importância da incorporação do construto das redes de apoio, em que as mães nesse contexto, apesar das dificuldades, encontraram em seus familiares ou em pessoas subjacentes o conforto necessário.

No tocante à utilização do ecomapa, este se mostrou um instrumento bastante eficaz podendo ser utilizado para avaliar o indivíduo e seus vínculos significantes, com a oportunidade de obter informações sobre os suportes sociais no processo de ligações e vínculos das famílias, identificando padrões e suporte.

Por fim, destaca-se a necessidade de realização de estudos na temática de redes de apoio, que investiguem os vínculos comprometidos, na trajetória da monoparentalidade, na expectativa de contribuir para o entendimento das redes e apoios que essas mães recebem, não só por parte da família, mas de pessoas consideradas de vínculo e suporte social.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Manuela. Ecomapa. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 327-30, maio 2007. ISSN 2182-5181.
- ALVARENGA, Patrícia; MALHADO, Sâmia de Carliris Barbosa; LINS, Taiane Costa de Souza. O impacto da responsividade materna aos oito meses da criança sobre as práticas de socialização maternas aos 18 meses. Estud. psicol. Natal, v. 19, n. 4, p. 305-314, Dec. 2014.
- BRITO, Flávio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. Revista Urutágua, v. 15, p. 42-52, 2008.
- CAVALCANTE et.al. Rede de apoio social ao dependente químico: Ecomapa como instrumental na assistência em saúde. Rev Rene. 2012; 13(2):321-31.
- COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. Rev. bras. psicodrama [online]., vol.21, n.1, pp. 141-153. 2013
- CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. Aletheia, Canoas , n. 43-44, p. 37-49, ago. 2014 .
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DOS SANTOS, Jonabio Barbosa; DA COSTA SANTOS, Morgana Sales. Família monoparental brasileira. Revista Jurídica da Presidência, v. 10, n. 92, p. 01-30, 2011.
- LACERDA, Carmen Silvia Mauricio de. Monoparentalidade: um fenômeno em expansão. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- MENDES, Mary Alves. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão. Minas Gerais, 2002.
- NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. A evolução do Conceito de Família. Revista Pitágoras, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2012.
- OLIVEIRA, José Sebastião de. Fundamentos Constitucionais do Direito de Família. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- OLIVEIRA, M. M. Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertação e teses. 5. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 167-179, Mar. 2011.

PICCININI, Cesar Augusto et al. Responsividade materna em famílias de mães solteiras e famílias nucleares no terceiro mês de vida da criança. *Estud. psicol. Natal.* 2007, vol.12, n.2, pp.109-117. ISSN 1678-4669.

RIBEIRO, Djamila *Pequeno manual antirracista* / Djamila Ribeiro. — 1 a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019. isbn 978-85-359-3287-4

SCARPELLINI, Marister; CARLOS, Viviani Yoshinaga. Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. *Anais II Simpósio Gênero e Políticas*, Londrina, 2011.

WAGNER, A.; TRONCO, C.; ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Recebido em: 01/06/2022

Aprovado em: 03/07/2022

Publicado em: 07/07/2022